

ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS: CONSUMO CONSCIENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Mônica Lanza Padrão⁽¹⁾; Adriele Rodrigues Souza⁽²⁾; Mel Amélia de Souza Pereira⁽³⁾

⁽¹⁾Assistente em Administração, Orientadora Projeto Extensão; Instituto Federal de Sergipe, monicalanza@gmail.com

⁽²⁾Estudante Edificações, bolsista PIBEX; Instituto Federal de Sergipe; yesadriele@hotmail.com

⁽³⁾Estudante Edificações; bolsista voluntária PIBEX; Instituto Federal de Sergipe; melpp97@gmail.com.

Resumo – O objetivo do atual mundo industrializado é buscar melhorias e praticidade para o cotidiano de cada indivíduo. Porém, as principais fontes de energia utilizadas nesse avanço tecnológico não são renováveis, e conseqüentemente estão impulsionando a crise ambiental e afetando o bem-estar dos seres vivos. Nessa análise, observa-se que o processo da industrialização e a saúde da população não são termos complementares. Desse modo, há uma necessidade de disseminar os conceitos que abrange o desenvolvimento sustentável e, principalmente, praticá-los. Diante dessa situação, esse artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa bibliográfica sobre os temas consumo e economia solidária bem como as alternativas que podem colaborar com as soluções dos problemas apresentados. Assim, a recente logística da economia solidária – jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, de modo que não aconteça a exploração dos outros e a destruição do meio ambiente – e do consumo consciente são sugeridos na construção de uma sociedade mais igualitária e saudável.

Palavras-Chave: meio ambiente, consumo, economia solidária, desenvolvimento sustentável.

Abstract The current industrialized world objective is look for improvements and practice for the each individual daily. However, the main sources of energy used in that technological progress are not renewable, and consequently they are impelling the environmental crisis and affecting the alive beings welfare. In that analysis, it is observed that the process of the industrialization and the health of the population aren't complementary terms. In this way, it's need to disseminate the concepts that it includes the maintainable development and, mainly, to practice them. Due to that situation, this article has as objective presents a bibliographical research about the themes consumption and solidary economy as well as the alternatives that can collaborate with the presented problems solutions. Like this, the recent logistics of the solidary economy - different way of producing, to sell, to buy and to change, so that it doesn't happen the exploration of the other ones and the destruction of the environment - and of the conscious consumption they are suggested in the construction of a more equalitarian and healthy society.

Keywords: environment, consumption, solidary economy, maintainable development.

1. INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII, a ciência obteve grandes avanços que transformaram o cotidiano do homem. O surgimento de novas tecnologias desencadeou na mudança do método de produção de mercadorias, que mudou de artesanal para o industrial. A primeira revolução industrial foi caracterizada por duas grandes invenções: o uso do carvão como fonte de energia, que promoveu o desenvolvimento da máquina a vapor, e a locomotiva. Assim, foi estabelecido um novo jeito de mobilidade e produção. Sequencialmente, a descoberta do petróleo culminou a segunda revolução industrial, se estendendo até os dias atuais como matriz energética principal.

Entretanto, no início dos avanços tecnológicos e de suas inovações não havia a preocupação com a preservação do meio ambiente quando comparado à atualidade. Infelizmente, o progresso econômico e o meio ambiente são termos paradoxais. Ainda que existam medidas para tornar esse crescimento sustentável, a insustentabilidade é preferencial quando se trata de lucratividade.

O crescimento econômico é um ingrediente importante do desenvolvimento, mas não é o único. Ainda mais quando se deseja que um desenvolvimento seja sustentável (...) E muitos povos que encontraram meios mais sustentáveis de utilizar seus recursos estão bem distantes do que se entende atualmente por desenvolvimento. Pode até haver uma ou outra exceção, mas são casos raros e isolados. É cada vez mais fácil apontar a insustentabilidade dos atuais padrões de crescimento, mas a facilidade desaparece por completo quando se tenta definir os caminhos que levarão a um desenvolvimento sustentável. (VEIGA, 2006)

Numa análise ambiental, a queima de combustíveis fósseis prejudica o planeta devido a grande emissão de gases que acentuam o efeito estufa e destroem com a camada de ozônio, gerando impactos ambientais catastróficos.

Do ponto de vista social, existe uma desigualdade no consumo exagerado de recursos naturais. Os países desenvolvidos, com apenas 20% da população, são os que mais consomem e os que mais geram poluição. Já os países do Sul (80%), ficam com a menor parte dos recursos naturais. Assim, é evidente que existem disparidades na distribuição dos recursos, e que a crise ambiental mostrou que não é possível a incorporação de todos no universo consumista devido à finitude de recursos naturais.

A noção de sustentabilidade nasce da necessidade de garantir a disponibilidade dos recursos a Terra hoje e para os seus futuros habitantes, por meio de uma gestão que contemple tanto a proteção ambiental quanto a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado da sociedade. Ou seja, trata-se não apenas de reduzir a pressão sobre os recursos naturais, mas sim de garantir a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e a prosperidade dos setores produtivos, objetivando o desenvolvimento equilibrado das nações hoje e no futuro.

Neste momento os governos tem um papel de fundamental importância por serem indutores de mudanças para o estabelecimento de novos modelos de desenvolvimento que sejam compatíveis com os limites ambientais do planeta, uma vez que existem práticas de produção e consumo que melhoram a eficiência no uso de produtos e recursos naturais, econômicos e humanos, levando a redução do impacto sobre o meio ambiente, à igualdade social e à redução da pobreza.

Entretanto, não seria justo apontar apenas para o Estado a responsabilidade da mudança. A falta de consciência ambiental e o saldo negativo de ações comunitária dos cidadãos devem ser evidenciados.

Nesse contexto, surge no IFS – Campus Lagarto o Projeto de Extensão HORTIFS – Programa de Horta Orgânica Comunitária, voltado para o estudo sobre os temas: meio ambiente e desenvolvimento sustentável, através da implantação de uma horta orgânica comunitária no Campus. Dividi-se o projeto em quatro etapas, sendo elas: motivação/ sensibilização, envolvimento/habituação, capacitação e

desenvolvimento/aperfeiçoamento. O presente artigo é o resultado das primeiras etapas que se encontram em desenvolvimento, motivação/sensibilização e capacitação, onde os membros do projeto estão tendo acesso aos temas meio ambiente e desenvolvimento sustentável através do estudo de vários autores que falam sobre o mesmo bem como participando de eventos sobre agroecologia, meio ambiente e economia solidária.

O objetivo principal deste artigo é elencar o que alguns autores dizem sobre meio ambiente, economia solidária e consumo, baseada nos estudos realizados pelos membros do HORTIFS. Além deste, são também objetivos deste artigo a disseminação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e meio ambiente, o aprimoramento da consciência ambiental no âmbito individual e no coletivo; estruturando a base de uma educação efetiva.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O tipo de pesquisa em tela é uma pesquisa bibliográfica que, segundo Cervo e Bervian (1983, p.55) é uma pesquisa que “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos”. Já Gil (1999) explica que este tipo de pesquisa se desenvolve mediante material já elaborado encontrado em livros e artigos científicos.

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa, os conceitos de economia solidária e de consumo consciente foram buscados em livros, dissertações, teses, manuais, revistas, dentre outros.

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23 apud LIMA; MIOTO, 2007)

Lima e Mioto (2007) dizem que a pesquisa bibliográfica também pode ser caracterizada como revisão de literatura ou bibliográfica, pela “falta de compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa” enquanto na pesquisa bibliográfica deve-se ficar “atento ao objeto de estudo” e desta forma “não pode ser aleatório”.

De acordo com as autoras, a pesquisa bibliográfica “possibilita um amplo alcance de informações”, “permite a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações”, “auxiliando na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto” (GIL, 1994, apud Lima e Mioto, 2007).

Desta forma, de acordo com as autoras, a pesquisa bibliográfica é importante para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, de forma a subsidiar uma análise futura dos dados obtidos, diferenciando da revisão bibliográfica pois imprime sobre os dados obtidos a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente. (Lima e Mioto, 2007)

Requer mais trabalho do pesquisador, exigindo mais disciplina atenção, sendo “um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico que permite, por sua vez, um leque de possibilidades na apreensão das múltiplas questões que envolvem o objeto de estudo”. (Lima e Mioto, 2007)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O documento assinado durante o evento Rio 92 evidencia a preocupação com o impacto ambiental de diferentes estilos de vida e padrões de consumo:

Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios. (Agenda 21, cap. 4)

Dentre as alternativas, a economia solidária vem se apresentando como uma inovadora alternativa para a geração de trabalho e renda, contribuindo para inclusão social e desenvolvimento sustentável. Em sua prática, são formadas cooperativas que realizam atividades de comércio justo e consumo solidário.

A economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e todos os cidadãos da terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (Carta de Princípios da Economia Solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária)

Seguindo o mesmo parâmetro econômico, social e sustentável, o consumo consciente também é importante, pois nada mais é do que consumir com responsabilidade. Parar para pensar se realmente precisa do que está comprando e preferir produtos mais duráveis são simples ações que tentam desfazer a triste realidade do hiperconsumo.

Ao se focar as questões individuais dentro de um contexto mais amplo, percebe-se que a capacidade de escolha de cada indivíduo sugere alternativas para a mudança na forma de atuação junto ao meio ambiente e às questões da sociedade. Entendendo que de forma alguma o consumir pode deixar de ser praticado pela população, na medida em que os recursos se tornem escassos, o consumo consciente efetiva-se ao ser levado em consideração os impactos provocados pelo consumo, buscando maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos de acordo com os princípios da sustentabilidade. (INSTITUTO AKATU, 2002)

O consumo, ou melhor, o hiperconsumo dos recursos naturais e a essa desigualdade na distribuição dos benefícios, conduziram à reflexão sobre a insustentabilidade ambiental e social dos atuais padrões de consumo e seus pressupostos éticos. Torna-se necessário associar o reconhecimento das limitações físicas da Terra ao reconhecimento do princípio universal de equidade na distribuição e acesso aos recursos indispensáveis a vida humana.

Economia solidária

Apesar de dizer-se que a economia solidária é um novo modelo econômico, Gaiger (1999) explica que “não é de hoje que o solidarismo econômico é utilizado como recurso pelos trabalhadores. Formas comunitárias e autogestionárias de organizar a produção e o consumo existem há bastante tempo”.

Para Singer (2008), as principais características da economia solidária é a igualdade e a autogestão. Conclui que “os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto”.

Paul Singer (2000) considera a economia solidária uma possibilidade de diminuir as desigualdades sociais e o desemprego. Ele explica que “Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente”.

De acordo com Mourão e Engler (2014), a redução da desigualdade social é possível com o solidarismo, pois “a Economia Solidária procura diminuir fronteiras, sejam elas barreiras nacionais, sociais, culturais, raciais, religiosas e até mesmo as acadêmicas”.

Diante do elevado índice de desemprego, das péssimas condições de trabalho e da deslocação da classe trabalhadora, a economia solidaria apresenta possibilidades de transformação no âmbito econômico, social e econômico.

De acordo com Mourão e Engler (2014), “a perspectiva cooperativista abordada (autogestionária, socioeconômica, solidária) acarreta em:

a) possibilidade de conquista de melhores condições objetivas de vida (alimentação, moradia, renda, educação, convívio comunitário, articulação política, entre outros) para muitas pessoas que já estavam à margem do sistema produtivo capitalista (como por exemplo no segmento dos trabalhadores da coleta seletiva e reciclagem urbanos ou assentados rurais do programa de Reforma Agrária);

b) um campo de formação de uma nova cultura, em que os participantes por livre adesão, rompem com a hegemonia individualista norteadora dos dias atuais, em que ocorre a assimilação ao processo socioeducativo oriundo da vida coletiva, da participação nas assembleias ou mesmo do contato com os profissionais (administradores, agrônomos, assistentes sociais, contadores, sociólogos, pedagogos, profissionais da saúde...) que atuam nas políticas públicas de fomento e assessoria dos experimentos de economia solidária;

c) um microespaço de formulação de uma contra-hegemonia capitalista, que poderá ser significativo para a instalação de um outro projeto societário, onde as relações sociais produtivas estejam subordinadas às demandas sociais e ambientais, e não ao lucro individualizante e concentrador;

d) uma estratégia a partir dos subalternizados, e não dos incluídos nos benefícios do lucro e da condição de estratos médios da sociedade, de possibilidade de mudança a longo prazo do panorama atual de descrença absoluta no ser humano e na sua capacidade de reflexão, mobilização e viabilização de novos projetos e utopias.”

Portanto, Economia Solidária é um modelo de organizar a produção, a distribuição e o consumo, estruturado sob a igualdade de direitos e responsabilidades de todos (MOURÃO; ENGLER, 2014). Dentre suas características, destacam-se a autogestão, a autonomia de cada organização e a igualdade entre os participantes, conforme Singer (2002).

Consumo consciente

Diante da crise ambiental, Gomes (2006) retrata que o principal meio para solucioná-la é a mudança de mentalidade antropocêntrica do mundo. A limitação dos recursos naturais reafirma esse posicionamento, assim, educar para o consumo é o ponto crucial para a conscientização.

Há a necessidade de mudanças no modo de pensar, que levem em consideração as atuais características da sociedade contemporânea e privilegiem uma visão total de mundo, comum a postura ética, responsável e solidária. (GOMES, 2006)

Entretanto, vale ressaltar que a crise ambiental mencionada remete a uma crise de valores, e que assim, a torna causadora dos problemas ambientais. É isso que explica Della Giustina (2004):

Na verdade, as crises constituem consequências e não causas dos desequilíbrios do processo. Atuar sobre as consequências – o controle do mundo, a fome ou a exclusão, sem modificar as estruturas, ou a natureza do processo, pode até se constituir numa forma de aquietamento das consequências, enquanto se mantém o modelo que gera os desequilíbrios insustentáveis e que nem fará superar as crises e nem fará as transformações necessárias no rumo da mudança civilizatória.

A não preocupação com a preservação ambiental sempre foi a natural característica do crescimento da sociedade contemporânea. De acordo com Morin e Kern (2003), “o mito do desenvolvimento

determinou a crença de que era preciso sacrificar tudo por ele”. Porém, os recursos que a natureza oferece não podem ser apenas objetos para a exploração descontrolada, pois eles são essenciais para a continuidade da vida na terra. Desse modo, é necessário cuidado e responsabilidade, como explica Leonardo Boff (1999), “cuidado significa, então, desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato... estamos diante de uma atitude fundamental, de um modo de ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro com desvelo e solicitude”.

O desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente são termos paradoxais. Penna (1999) explica que “o paradigma antropocêntrico faz com que o crescimento econômico muitas vezes seja visto como a solução de todos os problemas. A questão é que a economia está interligada aos demais subsistemas e é dependente da biosfera finita que lhe dá suporte. Assim, a economia não é um sistema fechado, e todo o crescimento econômico afeta o meio ambiente e é por ele afetado, já que economia e meio ambiente são parte de um sistema único e, conseqüentemente, interagem.”

O foco da sociedade contemporânea não pode mais estar direcionado apenas para a produção de riquezas, mas para a sua distribuição e sua melhor utilização. É necessária uma verdadeira e efetiva mudança de postura na relação entre o homem e a natureza, onde não há a dominação, mas a harmonia entre eles. (GOMES, 2006)

Diante disso, percebe-se a necessidade de se buscar uma nova ética, regida por um sentimento de pertença mútua entre todos os seres. A ética sempre esteve preocupada com as questões de existência do homem, mas agora deve voltar-se principalmente para a sua inter-relação com o planeta – uma ética voltada a um relacionamento equilibrado entre a natureza e o ser humano. De modo que é necessária a construção de uma ética ambiental voltada ao futuro, para que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado possa ser assegurado para as presentes e futuras gerações (SIRVINSKAS, 2002).

O meio em que tal necessidade pode veicular foi facilitado no atual mundo globalizado. O progresso da informática e da internet possibilitou o fácil acesso a tais orientações ambientais. Ainda, o governo tem seu papel. Na constituição Federal, fica estabelecido que é de ver do poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis do ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, §1º, VI/CF).

Nesse processo de formação de uma nova consciência voltada para a preservação do planeta é essencial a educação do consumidor, com a conscientização da importância de novos hábitos de consumo, vez que grande parte dos problemas ambientais presentes são fruto dos padrões impostos pela economia de mercado através da publicidade, difundida pelos meios de comunicação de massa, impondo um estilo de vida insustentável e inalcançável para a maioria. A educação deve passar a adquirir novos significados na construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras. E se não chega a ser um sinônimo de solução, a educação é, sem dúvida, o melhor caminho para melhorarmos a nossa sociedade. (GOMES, 2006)

Quando se trata de preservação do meio ambiente, o consumidor tem grande poder. O INMETRO explica que “dar preferência a produtos de empresas que têm uma clara preocupação como meio ambiente, não compactuar com a ilegalidade, não consumir de forma a prejudicar as gerações futuras, dar preferência às empresas que não exploram o trabalho infantil, reclamar os seus direitos, usar o poder de compra para defender o emprego no país, adquirindo produtos nacionais, colaborar para reduzir a quantidade de lixo produzido, evitando o desperdício e a compra de produtos com embalagens inúteis ou que demorem a se decompor, dar preferência a materiais reciclados, saber identificar as empresas

que são éticas em seu relacionamento com os consumidores, os trabalhadores, os fornecedores, a sociedade e o Poder Público, são algumas das ações do consumidor consciente”.

A atuação do consumidor no mercado pode ter reflexos positivos ou negativos sobre a economia, o meio ambiente e o comportamento das empresas. De maneira que o consumidor tem a responsabilidade de usar esse poder não apenas em benefício próprio, mas para o de toda a coletividade – e isso só será possível através da formação de uma nova consciência, construída através da educação ambiental. (GOMES, 2006)

4. CONCLUSÕES

A partir da análise dos textos bibliográficos conclui-se que é possível termos uma sociedade prática, igualitária e autossuficiente. Para que tenhamos um consumo sustentável e consciente, é necessário que sejam estudados conceitos como economia solidária, além de outros meios de comércio justo que não agridam o meio ambiente e que busquem preservá-lo, pensando em como a natureza bem cuidada influencia no dia-a-dia e na saúde de uma comunidade em geral

Dentre muitas alternativas, a economia solidária movimenta não só o estado do meio ambiente, mas também o emprego e conseqüentemente a renda. É totalmente voltada para a necessidade de cada um, gerando igualdade e conservação dos bens existentes dentro de uma comunidade.

Ajudar o meio ambiente e preservá-lo não significa apenas cuidar de plantas, arvores e da fauna. Ser um consumidor bem informado e consciente pode ser muito mais eficiente: preferir alimentos sem agrotóxicos, embalagens recicláveis, e que degradem com maior rapidez na natureza, sem poluí-la.

As indústrias atendem as necessidades dos consumidores e se a procura desses produtos for maior, conseqüentemente sua produção será maior e nos tornaremos cidadãos “do bem” quando se trata de preservação ambiental. .

Para ser um consumidor consciente é importante, parar e pensar no que se compra, levar em consideração a diferenciação entre o necessário e o supérfluo, ou seja, sempre se perguntar: “ eu realmente preciso?” fará a diferença entre o consumidor compulsivo e o consciente.

Sugerimos que tais conceitos sejam discutidos em todos os níveis escolares, desde a pré-escola, fundamental, e ensino médio. A escola como parceira da comunidade e formadora de cidadãos conscientes poderá criar espaços para discussão sobre os temas Desenvolvimento sustentável, economia solidária e consumo consciente, com a finalidade de difundir e multiplicar tais conceitos e práticas diuturnas.

5. REFERÊNCIAS

AKATU, DIÁLOGO. **Consumidor, o poder da consciência**. São Paulo: Instituto Akatu, 2002.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

DELLA GIUSTINA, Osvaldo. **Participação & solidariedade: a revolução do terceiro milênio II**. Unisul, 2004.

_____. **Direitos do consumidor; Ética no consumo**. Brasília: INMETRO, 2002. (Coleção

educação para o consumo sustentável)

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. Produção de Terceiros Sobre Paulo Freire; Série Livros, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. Significados e tendências da economia solidária. **Sindicalismo e economia solidária**, p. 29-42, 1999.

GOMES, Daniela Vasconcellos. Educação para o consumo ético e sustentável. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 16, p. 18-31, 2006.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, v. 118, n. 3, p. 189-205, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál, Florianópolis**, v. 10, 2007.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Trad. Paulo Neves. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOURÃO, Nadja Maria; ENGLER, Rita de Castro. Solidarity Economy, Social Technology and Design: sustainable initiatives with residue Cerrado for handicraft production in extractive communities. **Interações (Campo Grande)**, v. 15, n. 2, p. 329-339, 2014.

PENNA, Carlos Gabaglia. **O estado do planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Minelle Enéas da; GÓMEZ, Carla Regina Pasa. Consumo Consciente: O papel contributivo da educação. **REUNA**, v. 15, n. 3, 2010.

SINGER, Paul Israel; DE SOUZA, André Ricardo (Ed.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Editora Contexto, 2000.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Meio ambiente e cidadania. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**. Bauru, n. 35, p. 305-307, ago. 2002.